

Reunião Deliberativa Extraordinária de: 10/02/2026.

Expediente:

A-Expediente recebido na data: 18/12/2025.

1- Ofício nº 027/25 de autoria da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí-RS, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de Moção de Apoio, à Bancada do PL e Câmara dos Deputados pela "Caminhada Pela Justiça e Liberdade, realizada pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL — MG).

Expediente recebido na data: 08/01/2026.

2-Ofício Nº 25/2025 de autoria do Escritorio de Advocacia Eudes Mendanha Advogados e Consultoria, referente a indicação, aprovação e nomeação do nome de candidato para ocupar a cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores.Por tudo isso, PROPONHO que a redação dos artigos 84, inc. XIV e 101, parágrafo único, da Constituição Federal, seja alterada para se adequar aos artigos 1, inc. V, parágrafo único, 2 e 45, da Carta Magna.

Expediente recebido na data: 09/01/2026.

3-Ofício Nº 65/2025 de autoria da Câmara Municipal de Arroio Grande-RS, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de moção de repúdio ao Decreto Federal nr. 12.686, de 20 de Outubro de 2025.

Expediente recebido na data: 14/01/2026.

4-Ofício Nº 320/2025 de autoria da Câmara Municipal de Itabirito-MG, recebido por correio eletrônico manifesto sobre alteração da Lei da Carteira Nacional de Habilitação. Que se posicione contrariamente a quaisquer proposta que visem a flexibilização do procedimento para obtenção da CNH - Carteira Nacional de Habilitação.

5-Carta Nº 01/2025/Frenlogi-DF, recebido por correio eletrônico encaminhando carta de manifesto de apoio o projeto de lei nº 3278, de 2021, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano.

Expediente recebido na data: 15/01/2026.

6-Ofício Nº 667/2025 de autoria da Câmara Municipal de São Caetano do Sul-RS, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de moção de apoio, ao Projeto de Lei Federal nº2

3.178/2024, que atualiza a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, dispondo sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista no Brasil.

Expediente recebido na data: 21/01/2026.

7-Ofício nº 156/2025 de autoria da Câmara Municipal de Campinas, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de moção. Por meio desta moção, seu apoio à autorização do cultivo da cannabis pela Embrapa, reafirmando o compromisso com a ciência, com o direito à saúde e com o alívio do sofrimento de milhares de famílias brasileiras.

8-Ofício nº 1431/2025 de autoria da Câmara Municipal de Araras-SP, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de moção de repúdio ao Decreto Federal nº 12.686/2025, por entender que ele representa um grave retrocesso às políticas públicas de educação especial, uma ameaça direta à sobrevivência das APAEs e uma afronta à liberdade das famílias brasileiras de escolher a melhor forma de educação para seus filhos com deficiência.

Expediente recebido na data: 22/01/2026.

9-Ofício nº 0281/2025 de autoria da Câmara Municipal de Venâncio Aires/RS, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia Moção de Apoio, Projeto de Lei Complementar nº 67/2025, que eleva o limite de receita bruta anual para enquadramento do micro empreendedor individual como MEI.

10-Ofício nº 0279/2025 de autoria da Câmara Municipal de Venâncio Aires, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de Moção de Apoio que declara o Município de Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul, como "Capital Nacional do Chimarrão".

11-Ofício Nº 1461/1/2025 de autoria da Câmara Municipal de Nova Odessa – SP, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia Moção de Apoio, Projeto de Decreto Legislativo n. 847/2025, de autoria do Deputado Federal Márcio Alvino (PL/SP), que visa sustar os efeitos do Decreto n. 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, revogando o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.

12-Ofício nº 200/2025 de autoria da Câmara Municipal de Santiago/RS, recebido por correio eletrônico encaminhando cópia de Moção de Repúdio, Ao Decreto Federal nº 12.686/2025, editado pelo Governo Federal, que representa um sério retrocesso nas políticas públicas voltadas à educação especial e ameaça direta ao trabalho reconhecido e consolidado das APAEs e demais instituições especializadas em todo o Brasil.